

Centro de Estudos Estratégicos da Universidade da Força Aérea: uma análise crítica sob a perspectiva da Estratégia Nacional de Defesa

*Coronel Aviador Mauro Barbosa Siqueira^{1,2}

1 Chefe do Centro de Estudos Estratégicos da Universidade da Força Aérea

2 Mestre e Doutorando em Ciência Política pela UFF



* **Autor:** o Coronel Aviador Mauro Barbosa Siqueira foi formado pela Academia da Força Aérea (AFA) em 1987. Especialista em Interpretação de Imagens Orbitais e Suborbitais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). MBA em Gestão de Processos pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Ciência Política (ênfase em Estudos Estratégicos) pela UFF. É, atualmente, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF e Chefe do Centro de Estudos Estratégicos da Universidade da Força Aérea. Contato: siqueiramauro@gmail.com

No ano de 2008, o ex-Comandante da Universidade da Força Aérea (UNIFA) – o Excelentíssimo Senhor Major-Brigadeiro-do-Ar Louis Jackson Josuá Costa – promulgou a portaria que estabeleceu a criação do atual Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da UNIFA e ativou esse centro de pesquisas de modo permanente. Cada vez mais, o CEE recebe a incumbência de gerir novos projetos e se fortalece à luz de conhecimentos sólidos e sob a égide de trabalhos fidedignos.

Pioneiramente e com base legal nesse documento normativo, implementou-se o Centro de Estudos Estratégicos, cujo nível de ingerência funcional corresponde ao das demais divisões da supracitada Universidade. No âmbito desse *campus* universitário, o CEE se insere como um centro catalisador dedicado a pensar, *a priori*, o futuro do ensino de pós-graduação na Aeronáutica.

Consustanciava-se, dessa forma, um anseio idealizado no pensamento daqueles homens de visão que comandaram o processo de implantação de uma Universidade, em moldes similares às civis, no Campo Fontenelle.

Constituída por grupo seletivo de recursos humanos de toda ordem, a UNIFA integra diversificadas unidades com missões atribuídas, o que, em essência, replica o caráter universal de uma instituição de ensino com essa finalidade precípua. Pela própria natureza, a Universidade da Força Aérea se compõe de elementos multidisciplinares conjugados e harmônicos. Com o mesmo escopo, todo o complexo universitário englobado pela UNIFA organiza-se, em função de exigências institucionais, sob a égide da coerência administrativa e da hierarquia militar.

Frise-se que o primeiro empreendimento de vulto realizado pelo CEE da UNIFA foi planejar, organizar e acompanhar a execução do VIII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos (ENEE) – evento de âmbito nacional em que a Universidade da Força Aérea recebeu o foco das atenções de escolas militares (cursos de altos estudos), universidades civis (públicas e privadas), empresários, jornalistas, autoridades na esfera da Defesa Nacional e no campo dos Estudos Estratégicos, assim como do público-alvo de ordem interna à Força Aérea Brasileira.

Foi, portanto, no editorial da vigésima terceira edição da Revista da Universidade da Força Aérea, que o Major-Brigadeiro-do-Ar Josuá instigou os integrantes das comunidades civil e militar a comparecerem ao megaevento e lhes indicou as razões com os seguintes argumentos:

Por fim, como coroamento desse ano em que são comemorados os 25 anos da Universidade da Força Aérea, está a realização do 8º Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, momento no qual a UNIFA promove os meios e o ambiente para que acadêmicos, empresários, militares, representantes de órgãos governamentais e não-governamentais, interessados e intelectuais possam conhecer e discutir os principais temas estratégicos do país e falar da Estratégia Nacional de Defesa e do seu significado. (Revista da UNIFA, 2008, p. 2, editorial).

A publicação oficial da Estratégia Nacional de Defesa¹ ocorreu após findo o oitavo Encontro Nacional de Estudos Estratégicos (em novembro de 2008) e como consequência das idealizações do Comitê Ministerial, formado, essencialmente, para esse fim específico. Aos estudiosos de Defesa Nacional, de estudos estratégicos e de relações internacionais, a avançada Estratégia Nacional de Defesa Brasileira² impôs exigência e desafio. Analisar assunto tão recente exige leitura pormenorizada e crítica, de modo a assimilar novos conceitos e saberes. Enfim, faz-se mister exercitar o espírito crítico e ter capacidade intelectual reflexiva e contemplativa.

Este ensaio apoia-se no desejo de refletir-se um anseio da vontade nacional: o Brasil potência econômico-militar e independente de ajuda externa na construção de plataformas d'armas, alheio ao cerceamento em tecnologia de ponta e de inovações tecnológicas e apto ao aprimoramento de seu capital intelectual oriundo das esferas acadêmicas e dos centros de excelência das Forças Armadas Brasileiras.

Evidenciem-se, assim, os três capitais eixos que estruturaram essa Estratégia: inovadora reorganização nas Forças Armadas, reestruturação da indústria de material bélico no país e, por fim, nova política de composição dos efetivos das Forças Armadas. Portanto, o somatório dessas três relevantes áreas do conhecimento conforma o escopo principal da Estratégia Nacional de Defesa, em cujo bojo há outros temas de igual importância.

A Política de Defesa Nacional (PDN)³ publicada em 1996 foi, com veemência, norma de relevância

¹ O trabalho faz referência ao Comitê Ministerial de Formulação da Estratégia Nacional de Defesa (END), criado por decreto no dia seis de setembro de 2007, que redundou em reuniões com doutos representantes de setores, como o meio acadêmico, as forças armadas, os diversos órgãos governamentais, com vistas à edição da END abaixo referenciada. Em 17 de dezembro de 2008, o EM Interministerial Nº 00437/MD/SAE-PR foi encaminhado por Nelson Jobim (Ministro de Estado da Defesa) e Roberto Mangabeira Unger (Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos), ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil. Como resultado, em 18 de dezembro de 2008, foi lançada, pelo Presidente Lula, a Estratégia Nacional de Defesa.

² O referido documento poderá ser obtido, em download gratuito, no seguinte endereço da Internet: <<http://www.defesa.gov.br>>.

³ Elaborada pela Presidência da República, no ano de 1996, aquela Política de Defesa Nacional, revogada e revisada, cedeu lugar à vigente PDN, sancionada, oficialmente, em julho de 2005. Saliente-se que a Política de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica, estabelecida pela Aeronáutica, corroborava com a PDN de 1996.

institucional ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) no Brasil. Esse documento definia uma necessidade premente do país: o fortalecimento equilibrado da capacitação nacional no campo da Defesa, com o envolvimento dos setores industrial, universitário e técnico-científico, para se obter maior autonomia e melhor capacitação operacional das Forças Armadas.

A inédita Estratégia Nacional de Defesa ratifica essa tendência, vislumbrada, no ano de 1996, naquela Política de Defesa, ao dispor sobre o propósito da reestruturação da indústria brasileira de material de defesa. Conforme preconiza essa precursora Estratégia, o atendimento às necessidades de equipamento das Forças Armadas deve ser apoiado em tecnologias sob o domínio de conhecimento e *expertise* brasileiros. Nesse caso específico, as questões ligadas à Aeronáutica tomam vulto e torna-se imprescindível reverberar a FAB no séc. XXI.

Do mesmo modo, a Estratégia Nacional de Defesa replica importante diretriz da Política de Defesa Nacional em vigor. Na atual PDN, afirma-se que o desenvolvimento da indústria bélica – compreendendo o domínio de tecnologias focadas no uso dual – constitui-se em etapa fundamental para se alcançar o abastecimento seguro e previsível de materiais e serviços de defesa, que deve incluir, também, os itens aeronáuticos e espaciais.

Por conseguinte, pode-se interpretar que o fomento à importante área das indústrias de material bélico, a partir da vigente Estratégia Nacional de Defesa, deverá ser uma Política de Estado⁴, no Brasil, inclusive para o Poder Aeroespacial.

Nesse sentido, emerge a importância de haver um centro de pesquisas em estudos estratégicos na UNIFA. Pensar o caráter da guerra aérea do futuro e o vindouro papel do ser humano nesses cenários incertos impõe raciocínio lógico e contemplativo e, sobretudo, requer reflexões sobre temas atinentes à Força Aérea.

Segundo uma assertiva de Sir Winston Churchill, “um estadista pensa na próxima geração, enquanto que o político pensa na próxima eleição”⁵ – citação transcrita da obra do Brigadeiro-Engenheiro Tércio Pacitti, em que ele salienta, no capítulo referente às “Estratégias Nacionais”, a atuação do então Presidente de França, durante a Segunda Guerra, cuja perspicácia como homem

público, conforme esse autor, não foi muito observada, tampouco comentada: “Charles De Gaulle foi um Estadista. Plantou para o futuro quando ele mesmo não mais poderia colher os frutos. Mas a França os colheu.”. (PACITTI, 2003, p. 412).

Mangabeira Unger, ex-Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, demonstrou a visão de estadista ao se preocupar com o pleno entendimento da END pelo povo brasileiro e com a eficaz integração da END à Estratégia Nacional de Desenvolvimento. A visão prospectiva contida nessa pioneira Estratégia de Defesa merece ser acompanhada por pensadores e estrategistas do Poder Aeroespacial.

Acredita-se ter sido propiciada a revelação de significantes elementos concernentes à Estratégia Nacional de Defesa, decerto pouco abordados neste periódico. No âmbito do COMAER, a inclusão do CEE da UNIFA representa uma quebra de paradigmas e um avanço em termos de novos conhecimentos adquiridos.

Neste artigo, propôs-se discutir, à luz da END, a criação do CEE da UNIFA, cujos membros compõem, hoje, os grupos de trabalho do Livro Branco de Defesa. Estima-se ter alcançado o capital objetivo deste breve ensaio, que se perfez em um sucinto retrospecto das questões afetas à Defesa Nacional e às ações implementadas ao se editar a atual END no governo do então Presidente “Lula”.

Novos horizontes são vislumbrados à indústria de material bélico do Brasil, com a visão prospectiva denotada pela END, que impõe aos integrantes das Forças Armadas Brasileiras, aos cientistas e aos empresários desse setor a elaboração de estratégias eficazes à atuação num “estado-mercado” cada vez mais mercantil.

Na Estratégia Nacional de Defesa, observa-se o nítido intuito de transformar as forças militares – inclusive a FAB – por intermédio de ações planejadas e de capacidades operacionais inovadoras. Essa concepção estratégica visa a preparar as forças armadas para cumprirem, de modo eficiente, sua destinação constitucional prevista na Carta Magna do Brasil.

Ao Comando da Aeronáutica, cabe pensar, estrategicamente, a guerra aérea e, em especial, refletir sobre temáticas focadas no Poder Aeroespacial do futuro.

⁴ Uma Política de Governo se constitui no que é realizado, unilateralmente, por um governo em período definido pela Carta Magna do país. Em contrapartida, a Política de Estado tem caráter de longo prazo e resulta de uma tomada de consciência da classe política e da sociedade em determinado assunto ou ideia a ser implementada de maneira que, se uma iniciativa pertence ao escopo de determinada Política de Estado, mesmo ocorrendo a alternância de poder com trocas sucessivas de governos, essa ideia não vem a sofrer solução de continuidade, tampouco tem os princípios norteadores distorcidos. Políticas de Estado abarcam os processos burocráticos de diversas agências do estado e se incorporam aos trâmites do Parlamento. Ademais, submetem-se à aprovação em diversificadas instâncias de discussão e à incidência dos mais amplos setores da sociedade. No caso concreto da Estratégia Nacional de Defesa, todos esses critérios críticos foram plenamente atendidos.

⁵ PACITTI, Tércio. Do Fortran... à Internet: construindo o futuro através da educação. 3. ed. São Paulo; Pioneira Thomson Learning, 2003, p. 412.

Apense-se a isso que há, na Estratégia Nacional de Defesa em vigor, os objetivos de obter-se engajamento de toda a Nação Brasileira e conscientizá-la nas matérias afetas à Defesa Nacional, em particular, os setores que se comunicam com a área de defesa por essência; de sobrepujar questões culturais e conceder poder de voto (e de veto) ao Ministério da Defesa nas decisões da mais alta instância governamental no núcleo decisório do estado; de amplificar a competência legalmente atribuída ao Ministério da Defesa de escalão superior às forças armadas; e de majorar e sedimentar uma real integração das três forças armadas, rumo à total interoperabilidade, consolidando-a nos campos operacional, científico-tecnológico, doutrinário, no ensino, na inteligência e na área logística.

Entretanto, a leitura crítica da END leva à conclusão de que o documento não se constitui em obra perfeitamente acabada, visto apresentar senões de toda ordem. Desafortunadamente, o legislador penetrou no campo da Política de Defesa Nacional, inseriu-se no nível operacional e navegou nas esferas tática e doutrinária.

Sob a égide de novos conceitos validados no mundo, de eficaz reorganização estrutural e de capacidades inéditas a adquirir, o COMAER deve planejar a preparação dos meios materiais e de homens e mulheres, conforme prevê a Estratégia Nacional de Defesa em vigor. Ao COMAER compete o planejamento do preparo de meios, visto que planejar o emprego cabe, por força de lei complementar, ao

Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa.

Um grupo seletivo de pessoas lapidadas em estudos estratégicos, de toda e qualquer Força Aérea, constituiu-se num fórum adequado às discussões e pesquisas, de natureza estratégica, que interessem à Instituição Aeronáutica Militar.

Sob esse enfoque, o Centro de Estudos Estratégicos da UNIFA poderá ser ferramenta indelével no processo de pensar a futura guerra aeroespacial; a nossa Força Aérea do século XXI e além; e, como fruto de um legado, um Brasil melhor. Afinal, almeja-se “um país de todos” os brasileiros, glorioso e soberano. Para que essa nação forte se corporifique de pleno, deve-se cercar, em tempo de paz, de forças armadas com capacidade dissuasória e planejamento estratégico efetivo.

Da Estratégia Nacional de Defesa, devem ser esperados empreendimentos autônomos e adventos eficazes, pois a fé do povo brasileiro, na Defesa Nacional e na FAB, merece permanecer incólume. Do Centro de Estudos Estratégicos da UNIFA, devem ser almejadas pesquisas fidedignas, que se perfaçam sob a ótica do pensamento estratégico. Na clássica obra “A Arte da Guerra”, o célebre estrategista e general chinês Sun Tzu destaca que as principais armas para a garantia da paz são artífices da guerra bem preparados. Caso contrário, a nação pode ficar submetida a sério perigo.

Eis, enfim, uma importante razão de ser de a UNIFA possuir um centro de pesquisas com homens letrados e forjados em estudos estratégicos.